

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM AGROINDÚSTRIAS

BIANCA BIGOLIN LISZBINSKI

UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

MARIA MARGARETE BACCIN BRIZOLLA

TIAGO ZARDIN PATIAS

Introdução

É fato que o envolvimento das empresas na implementação aos ODS é de caráter voluntário (VAN DER WALL; THIJSSSENS, 2020) e está relacionado a diversos fatores, tanto organizacionais como institucionais. Tomando-se os fatores institucionais determinantes para a implementação dos ODS pelas empresas, há que se destacar que as discussões que envolvem esta delimitação de estudo ainda são recentes e em pequeno número. As principais explanações relacionam-se com a questão de legitimidade, ou seja, as empresas adotam ações relacionadas aos ODS buscando serem reconhecidas positivamente por isso.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Neste artigo tem-se o objetivo de analisar a relação entre o processo de institucionalização por mecanismos isomórficos e a adesão de agroindústrias aos ODS. Para este estudo, os ODS são reconhecidos como uma instituição, sendo analisados a partir de estrutura conceitual proposta pela Rede Brasil (2016) que vincula estes objetivos à princípios orientativos para empresas privadas do ramo de produção de alimentos no contexto brasileiro, direcionando-as a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Fundamentação Teórica

1) Teoria Institucional e as Organizações: esta teoria ganha espaço e força nos estudos das organizações pelo fato de fornecer meios de compreensão dos padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações. 2) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Institucionalismo: considerando a forma de criação, a estrutura e a essência dos ODS, relaciona-os com a teoria institucional. Considera-se que os ODS assumem a característica de uma instituição, a qual é conceituada como uma restrição que regula as relações nas sociedades organizacionais ou entre indivíduos.

Metodologia

Pesquisa descritiva de aplicação quantitativa, adotando-se o método survey. Instrumento de pesquisa elaborado envolvendo 45 questões estruturadas em escala ordinal assumida como intervalar do tipo likert, sendo aplicado em uma amostra de 254 agroindústrias alimentares. Utilizou-se para a análise, interpretação e validação dos dados o software SmartPLS 3.3.3 (para as análises do modelo de mensuração e do modelo estrutural), adotando-se a técnica de Modelagem de Equações Estruturais (PLS-SEM).

Análise dos Resultados

A Hipótese H1 que analisa se a institucionalização por meio de mecanismos isomórficos associa-se positivamente com a implementação dos ODS-PEAA foi confirmada ($r=0,440$; $p>0,01$). A institucionalização dos ODS pelas agroindústrias da amostra conforme os diferentes mecanismos isomórficos foi comprovada na análise, observando-se influência do isomorfismo coercitivo, normativo e mimético neste processo de internalização dos ODS pelas agroindústrias.

Conclusão

Os resultados encontrados nesta pesquisa contribuem no sentido de avançar tanto no campo teórico como prático dessa temática, pontuando-se: estudo em amostra composta por empresas de um mesmo ramo de atividade (agroindústrias); utilização empírica do guia dos PEAA no contexto da pesquisa acadêmica-científica; consolidação teórica da relação entre o isomorfismo institucional e os ODS; identificação empírica de indicadores isomórficos que influenciam para a institucionalização dos ODS; desenvolvimento de pesquisa com esta delimitação temática em âmbito brasileiro.

Referências Bibliográficas

VAN DER WAAL, J. W. H.; THIJSSSENS, T. corporate involvement in sustainable development goals: exploring the territory. *Journal of Cleaner Production*, v. 252, p. 1-11, 2020. VAN ZANTEN, J. A.; VAN TULDER, R. Multinational enterprises and the sustainable development goals: an institutional approach to corporate engagement. *Journal of International Business Policy*, v. 1, n. 3-4, p. 208-233, 2018.

Palavras Chave

Objetivos de desenvolvimento sustentável, Institucionalização, Agroindústrias

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM AGROINDÚSTRIAS

1 INTRODUÇÃO

Em 2015, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), líderes governamentais, organizações não governamentais, especialistas acadêmicos de diversas áreas e ramo empresarial adotaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais abrangem uma série de objetivos sociais, econômicos e ambientais com vistas a fomentar o desenvolvimento sustentável em nível global. Estruturados a partir de 169 metas, para a realização do conjunto dos ODS é preciso ações e esforços sincronizados de empresas, governos e demais partes interessadas em nível local, regional, nacional e internacional (MOMBEUIL; DIUNUGALA, 2021).

Desde a criação dos ODS muito se evoluiu, havendo progresso na redução da pobreza, saúde materno-infantil, acesso à eletricidade e igualdade de gênero, contudo, há perspectiva de não ser o suficiente para atingir as metas inicialmente propostas até 2030. Considerando o momento atual vivido mundialmente, outras áreas vitais incluindo redução da desigualdade, redução das emissões de carbono e combate à fome, apresentaram progresso paralisado ou revertido. No entanto, havendo solidariedade global no que se refere ao comprometimento em aderir a agenda dos ODS por todas as partes interessadas, ainda há esperança dos países atingirem o acordo inicialmente firmado em torno do desenvolvimento sustentável (ONU, 2021).

Dito isso, reforça-se o papel do setor empresarial privado na promoção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Van Zanten e Van Tulder (2020), devido aos seus impactos no conjunto dos ODS, as atividades econômicas realizadas pelas organizações apresentam-se como chave para o avanço em torno desta agenda. Não obstante, é fato que o envolvimento das empresas na implementação aos ODS é de caráter voluntário (VAN DER WALL; THIJSSSENS, 2020) e está relacionado a diversos fatores, tanto organizacionais (PEDERSEN, 2018; ROSATI; FARIA, 2019b; HERAS-SAIZARBITORIA; URBIETA; BOIRAL, 2021) como institucionais (VAN ZANTEN; VAN TULDER, 2018; CUBILLA-MONTILLA *et al.*, 2019; ROSATI; FARIA, 2019a).

Tomando-se os fatores institucionais determinantes para a implementação dos ODS pelas empresas, há que se destacar que as discussões que envolvem esta delimitação de estudo ainda são recentes e em pequeno número. As principais explicações relacionam-se com a questão de legitimidade, ou seja, as empresas adotam ações relacionadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável buscando serem reconhecidas positivamente por isso pela sociedade (FLEMING *et al.*; 2017; VAN ZANTEN; VAN TULDER, 2018; VAN DER WAAL; THIJSSSEN, 2020).

Questões de configuração institucional de cada país também são reconhecidas como intervenientes à implementação dos ODS pelas empresas, especialmente devido à presença de governos sólidos que intervenham eficazmente para a realização dos ODS por meio de vontade política para a qualidade regulatória, redução de desigualdades e controle de corrupção (GARCÍA-SÁNCHEZ *et al.*, 2021). Cita-se, ainda, as pressões institucionais do ambiente no qual a empresa está inserida, refletindo em influências do seu próprio setor, concorrentes, fornecedores ou consumidores no sentido de direcionar as empresas a apoiar e se alinhar aos ODS (CUBILLA-MONTILLA *et al.*, 2019; VAN DER WAAL; THIJSSSEN, 2020; GARCÍA-SÁNCHEZ *et al.*, 2021). Por fim, e não menos importante, apresenta-se a questão da institucionalização, ou seja, como se dá o processo de internalização dos ODS pelas organizações (VAN ZANTEN; VAN TULDER, 2018).

Diante dos fatores expostos, permite-se relacioná-los aos pressupostos da teoria institucional. Tal teoria explica que por meio das instituições e da sua observação as organizações buscam posicionar-se na sociedade afim de alcançar a eficiência nos seus negócios, considerando-se que “as instituições compreendem regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta autoimpostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas (NORTH, 1995, p. 13).

Dentre o arcabouço teórico institucional, tem-se que a internalização de determinada instituição nas organizações é conhecida como institucionalização, processo este, contínuo e gradual até se chegar a habituação da regra pela organização. Pode uma instituição, sofrer transformações no decorrer do tempo de acordo com as necessidades ou interesses dos envolvidos, gerando a necessidade de readaptação da organização frente a esta mudança. A institucionalização, dessa forma, traduz-se pela adoção de modelos cognitivos ou normativos predominantes no setor ou ambiente no qual a organização está inserida, ocorrendo por meio do processo de isomorfismo (KELM *et al.*, 2014), o qual pode ser diferenciado em três mecanismos: coercitivo, normativo e mimético (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Diante do contextualizado, entende-se a possibilidade de analisar os ODS perante os pressupostos da teoria institucional, especialmente quanto a sua institucionalização no contexto das organizações. Desse modo, neste artigo tem-se o objetivo de analisar a relação entre o processo de institucionalização por mecanismos isomórficos e a adesão de agroindústrias aos ODS. Para este estudo, os ODS são reconhecidos como uma instituição, sendo analisados a partir de estrutura conceitual proposta pela Rede Brasil (2016) que vincula estes objetivos à princípios orientativos para empresas privadas do ramo de produção de alimentos no contexto brasileiro, direcionando-as a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A análise dos ODS sob a perspectiva do processo de institucionalização por mecanismos de isomorfismo pode ser considerada original na literatura. Estudos anteriores já relacionaram a agenda dos ODS com a perspectiva institucional, conforme destacado anteriormente, embora as discussões sejam distintas desta proposição. Além da delimitação teórica diferenciada, o estudo propõe-se a analisar um grupo de indústrias agroalimentares do Estado do Rio Grande do Sul, destacadas pela sua relevância em termos econômicos e sociais e significativas na colaboração para o alcance dos ODS, seja pela atuação na produção de alimentos, geração de emprego e renda, promoção da industrialização sustentável, dentre outros fatores que ligam esta atividade à Agenda dos ODS (ONU, 2015).

Com a proposição deste estudo, busca-se contribuir no avanço da compreensão empírica sobre o envolvimento das empresas aos ODS, fato mencionado como carente de aprofundamentos na literatura (HERAS-SAIZARBITORIA; URBIETA; BOIRAL, 2021). Ademais, com a utilização da teoria institucional como base para a análise, busca-se propiciar robustez ao estudo, ao passo que considera os ODS como uma instituição e examina a sua institucionalização por meio dos diferentes mecanismos de isomorfismo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria Institucional e as Organizações

Em se tratando do campo organizacional, a teoria institucional vem sendo discutida com maior ênfase a partir dos anos 1970 (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Esta teoria ganha espaço e força nos estudos das organizações pelo fato de fornecer meios de compreensão dos padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações. Tem-se, ainda, que a aplicação da teoria institucional aos estudos organizacionais caracteriza-se por reagir aos modelos de organização centrados na racionalização, dedicando destaque para as relações existentes entre a organização e seu ambiente, além de valorizar o papel da cultura em sua formação (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

Em suas reflexões, North (1995) já afirmava que todos os organismos da sociedade são orientados por instituições, as quais são reconhecidas como as regras do jogo. Dentre os organismos mencionados, se entende qualquer organização política (exemplo dos partidos políticos e agências reguladoras), de mercado (empresas), social (igrejas ou clubes) e educacional (escolas e universidades) que estão vinculadas à uma atividade comum. Segundo explica, no que se refere às organizações (empresas), elas estariam à margem das instituições, as quais assumem a função de estabelecer por meio de regras, qualquer incentivo ou restrição para os negócios. Em outras palavras, as instituições podem ser vistas como regras criadas com o objetivo de reduzir as incertezas e os custos de transação e produção inerentes à um determinado negócio ou atividade.

O regramento oriundo das instituições, inerente às atividades organizacionais, pode ser diferenciado como formal ou informal (NORTH, 1995). Pode-se sintetizar que as regras formais são reconhecidas pelas leis, estatutos ou constituições e são geralmente impostas pelo governo ou qualquer agente que tenha poder coercitivo, enquanto isso, as informais têm como exemplos as convenções, rituais ou códigos de comportamento, sendo consideradas comuns na sociedade e reflexos de herança cultural e das próprias regras formais, visto que uma compreensão adversa de uma regra formal acaba criando uma informalidade (MACAGNAN, 2013).

Segundo Perrow (1986), a contribuição mais significativa da teoria institucional é a sua ênfase para o ambiente organizacional. Os traços teóricos institucionais argumentam que valores, símbolos e mitos direcionam as organizações, e dessa forma, o ambiente que as rodeia, fazendo com que esses mecanismos sejam compartilhados e internalizados nas organizações. Esse tipo de abordagem se relaciona com a compreensão da história e as funções sociais das organizações, criadas e mantidas em razão do grau de legitimação e institucionalização que são capazes de adquirir face ao ambiente (GOULART; VIEIRA, CARVALHO, 2005).

Considerando o exposto, tem-se o ambiente como fator interveniente sobre a estrutura, ou seja, as organizações respondem também às influências do ambiente como valores e mitos institucionalizados, e não somente a fatores tangíveis como tamanho e tecnologia (MEYER; ROWAN, 1977). Em outras palavras, Carvalho e Vieira (2003, p. 111) afirmam que “o ambiente representa não apenas fonte de recursos materiais (tecnologia, pessoas, finanças, matéria-prima), mas também fonte e destino de recursos simbólicos (reconhecimento social e legitimação)”.

Para se identificar um contexto institucional de referência para determinado segmento ou organização, observam-se os níveis ambientais – local, regional, nacional e internacional – de sua inserção, sendo plenamente delineados somente a partir de uma análise empírica, permitindo-se evidenciar aquele contexto que melhor se coaduna à cada caso. Este quadro referencial seria composto por elementos (regras) originários de pessoas, grupos, outras organizações, condições sociais, políticas, culturais e de poder com os quais a organização realiza trocas e que configiram seu espaço de legitimação (SCOTT, 1987; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999; GOULART; VIEIRA, CARVALHO, 2005; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 2010).

O modo como as organizações internalizam um determinado contexto de referência é denominado institucionalização, definido por Selznick (1972) como um processo que ocorre ao longo do tempo de uma organização, sendo reflexo das suas características históricas, das pessoas que ali trabalham, dos grupos e interesses criados e pela maneira que se relaciona com o ambiente. Sob outro ponto de vista, institucionalizar significa incutir valor, ou seja, é o processo social onde os indivíduos – e organizações – passam a aceitar uma (nova) definição compartilhada de realidade social, a qual é dada como certa e traduz a forma que as coisas devem ser feitas (SCOTT, 1987). Adicionalmente, tem-se que determinados processos de institucionalização são considerados como vetores de mudanças organizacionais, especialmente

pela incorporação de novas práticas ou devido a adoção de novas exigências sociais (KELM *et al.*, 2014).

Carvalho e Viera (2003) afirmam que a teoria institucional põe no centro de sua interpretação sobre a realidade organizacional, a questão do isomorfismo como fator vital para sua continuidade. O isomorfismo institucional diz respeito às forças que pressionam as organizações em suas escolhas, ou seja, as forças que as levam à institucionalização de determinada regra, sendo que o “conceito de isomorfismo institucional constitui uma ferramenta útil para se compreender a política e o cerimonial que permeiam parte considerável da vida organizacional moderna” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 77).

Por meio do isomorfismo institucional as organizações assimilam regras ou padrões institucionais, tornando-se mais homogêneas e conformes ao seu campo de atuação. Os modelos instituídos em um setor são adotados pela maioria, o que leva a homogeneização dessas estruturas a partir de um determinado tempo, até que outra estrutura/regra seja implantada e realmente esse ciclo (KELM *et al.*, 2014).

O processo de institucionalização por isomorfismo pode ocorrer conforme três mecanismos distintos, originalmente tipificados por DiMaggio e Powell (1983): isomorfismo coercitivo, normativo e mimético. O isomorfismo coercitivo diz respeito à conformação com pressões formais e informais exercidas por organizações dominantes. De acordo com DiMaggio e Powell (2005), este tipo de isomorfismo deriva das influências políticas e do problema da legitimidade, visto que estas pressões podem ser entendidas como coerção, persuasão ou até um convite para conluio.

Por isomorfismo normativo entende-se aquele decorrente da profissionalização, instituindo-se um conjunto de procedimentos para atividades específicas (DIMAGGIO; POWELL, 1983). A profissionalização é interpretada “como a luta coletiva de membros de uma profissão para definir as condições e os métodos de seu trabalho” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 79), e permite formas comuns de interpretação e de ação diante dos problemas organizacionais (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

O isomorfismo mimético “ocorre quando os dirigentes imitam estratégias e arranjos estruturais implantados pelos concorrentes, visando atingir o sucesso por eles conquistado, além de reduzir o risco da incerteza causada por problemas tecnológicos e objetivos conflitantes” (KELM *et al.*, 2014, p. 408). Conforme DiMaggio e Powell (2005), o isomorfismo mimético é resultado de incertezas, as quais fazem as organizações encorajarem-se à imitação, tomando outras que consideram mais legítimas ou bem-sucedidas como modelo.

2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Institucionalismo

A Agenda 2030 é um plano de ação criado para as pessoas, a paz, o planeta, a prosperidade e parcerias, sintetizado sob a forma de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável integrados e indivisíveis, os quais mesclam de forma equilibrada as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). Embora haja perspectivas atuais de que até 2030 não se alcançarão plenamente os objetivos inicialmente traçados, hoje os ODS são mais importantes do que nunca. São o meio para assegurar o bem-estar das pessoas, das economias, da sociedade e do planeta (ONU, 2021).

Considerando a forma de criação, a estrutura e a essência dos ODS, relaciona-os com a teoria institucional. Inicialmente, considera-se que os ODS assumem a característica de uma instituição, a qual é conceituada por Macagnan (2013) como uma restrição que regula as relações nas sociedades organizacionais ou entre indivíduos, sendo refletidas por meio de incentivos e oportunidades nas suas atividades e operações.

A partir da conceituação atribuída por North (1995) às regras formais e informais, tem-se os ODS como uma regra informal. Embora não tenha características de imposição

governamental ou por algum outro agente com poder coercivo, tem sua origem em entes qualificados da sociedade que propuseram uma agenda com fins de alcançar o desenvolvimento sustentável em nível global, parametrizando as ações de diversas partes interessadas neste processo, inclusive as empresas. Em outras palavras, os ODS são a regra do jogo do desenvolvimento sustentável mundial até o ano de 2030.

Em palavras do institucionalismo, não sendo determinados por uma imposição legalista, os ODS têm adesão voluntária. No contexto das empresas, mesmo voluntariamente há indicativos de diversos atributos organizacionais e institucionais que levam à implementação desta agenda. Esta implementação da Agenda 2030 nas empresas significa a internalização dos indicadores de desenvolvimento sustentável, ou seja, a institucionalização dos ODS.

Reforçando, a institucionalização significa que as empresas estão se alinhando à um determinado modelo instituído e adotado pela maioria de um setor (ou ambiente), com o intuito de sobrevivência, tendendo à homogeneização dessas estruturas depois de certo tempo, até que outra inovação seja estabelecida e realmente esse ciclo (KELM *et al.*, 2014). Na perspectiva dos ODS não é diferente, as empresas buscam se adequar a este modelo primando pela sua sobrevivência no mercado e o reconhecimento por tal envolvimento, até que nova agenda ou proposta de desenvolvimento sustentável substitua o conjunto atual dos ODS.

Assim como explanado anteriormente, a institucionalização está no centro da teoria institucional (CARVALHO; VIERA, 2003) e pode ocorrer a partir de diferentes mecanismos denominados isomórficos: coercitivo, normativo e mimético (DIMAGGIO; POWELL, 1983). No cenário dos ODS, isomorfismo coercitivo pode ser aquele advindo da influência política e da questão da legitimidade. De acordo com Kelm *et al.* (2014), a imposição de estruturas organizacionais ocorre a partir da força de autoridade legítima, ou ainda, por meio de uma autoridade simbolicamente percebida como legítima, neste caso, a autoridade seria a ONU pela sua elaboração e condução da agenda dos ODS.

Em se tratando do isomorfismo mimético – derivado de incertezas que levam as organizações a imitarem outras mais legítimas ou de sucesso (DIMAGGIO; POWELL, 2005) – os ODS podem ser institucionalizados a partir da postura de minimização da própria organização frente aos seus concorrentes ou do setor no qual está inserido, ou seja, espelham-se no envolvimento alheio às ações de desenvolvimento sustentável e buscam fazer o mesmo. Quanto ao isomorfismo normativo, “associado ao grau de profissionalização das organizações” (KELM *et al.*, 2014, p. 408), sob a perspectiva dos ODS relaciona-se ao compartilhamento e especialização de rotinas e protocolos de trabalho individuais ou de uma determinada área setorial sobre as ações pautadas em torno desta agenda de desenvolvimento sustentável.

Considerando estudos pontuais acerca da institucionalização dos ODS nas empresas, as explicações sugerem que a institucionalização de práticas de negócios sustentáveis, responsáveis e éticas em qualquer organização é não apenas alcançável, mas também moralmente imperativa, para que o contrato subsumido entre as empresas e a sociedade para o funcionamento eficaz de ambas seja mantido (SAMA; STEFANIDIS; HORAK, 2020). Esta observação vai ao encontro do fator legitimidade, implícito a questão coercitiva, abordado em estudos que tratam da implementação dos ODS pelas empresas buscando reconhecimento perante a sociedade, ou seja, esta adesão tanto auxilia o coletivo em termos de desenvolvimento sustentável, como também fortalece a imagem da empresa para manutenção das suas operações (FLEMING *et al.*; 2017; VAN DER WAAL; THISJSEN, 2020).

Em termos de internalização dos ODS, embora se ressalte a não identificação de estudo que retrate claramente a questão do isomorfismo, Van Zanten e Van Tulder (2018) afirmaram que o setor industrial influencia empresas multinacionais deste ramo a institucionalizarem esta agenda, o que deixa subentendido que o isomorfismo mimético está refletido nesta situação. Por outro lado, em estudo recente Garcia-Sanchez (2021) contrariam a ideia de que a filiação industrial possa afetar substancialmente a implementação dos ODS por mimetismo, contudo,

afirmam que a educação e capacitação dos gestores em torno de questões sustentáveis pode influenciar a consciência e envolvimento da organização aos ODS, fato este, que pode ser relacionado ao isomorfismo normativo.

Diante das exposições na seção introdutória e revisão teórica acerca dos ODS e sua relação com a teoria institucional, em especial a institucionalização dos ODS, além da unidade de análise proposta para este estudo, tem-se como hipótese que norteia esta pesquisa empírica:

H1: A institucionalização por meio de mecanismos isomórficos está associada positivamente com a implementação dos ODS pelas agroindústrias

Portanto, acredita-se que ao examinar a institucionalização, segundo os diferentes mecanismos de isomorfismo, seria possível ampliar o conhecimento sobre esta temática, no sentido de identificar possíveis motivações das empresas em internalizarem nas suas operações a agenda dos ODS. No próximo capítulo são descritos os procedimentos e o método adotado para desenvolver a análise proposta.

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo foi realizada uma pesquisa descritiva de aplicação quantitativa. A classificação conforme esse preceito considera o fato de que se busca descrever um fenômeno a partir de observações e análises em dados e indicadores relativos à proposta (MATIAS-PEREIRA, 2019). Quanto à abordagem quantitativa, esta envolve o teste de teorias por meio do exame da relação entre variáveis, as quais são medidas por procedimentos estatísticos (CRESWELL, 2010).

Como estratégia de pesquisa adotou-se o método *survey*. De acordo com Baptista e Campos (2018), neste método os dados são informados diretamente pelas pessoas que respondem às solicitações do pesquisador, costumando ser obtidos por meio de um instrumento de pesquisa, habitualmente um questionário.

O instrumento de pesquisa elaborado envolve 45 questões estruturadas em escala ordinal assumida como intervalar do tipo *likert* (HAIR *et al.*, 2014) de cinco pontos, as quais estão distribuídas em dois blocos, conforme apresentado no Quadro 1. O primeiro bloco contém cinco questões e envolve aspectos de “institucionalização”, construído a partir de pressupostos da teoria institucional. Por sua vez, o segundo bloco possui 40 questões acerca dos ODS, e foi estruturado a partir dos Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura (PEAA), elaborados pela Rede Brasil (2016) com intuito de facilitar a adoção de estratégias de gestão sólidas por empresas privadas do setor de alimentos, além de motivá-las em contribuir com a Agenda 2030 (ONU, 2015) no contexto brasileiro. Além de cada PEAA estar associado a determinados ODS, este *framework* explicita a sua área de atuação e apresenta indicadores que as empresas podem assumir, o que facilita a posterior mensuração.

A população envolvida neste estudo compreende agroindústrias alimentares do Estado do Rio Grande do Sul. Feix e Leusin (2019) entendem as agroindústrias como a indústria de transformação de matéria-prima agropecuária (por exemplo, alimentos, biocombustíveis, fumo), especificando a agropecuária como a junção das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração vegetal e pesca. Essas atividades abrangem: a) agricultura: cultivo de cereais, cana-de-açúcar, soja, frutas, café e outros produtos das lavouras temporárias e permanentes; b) pecuária: criação de bovinos, suínos, aves e outros animais e produção dos produtos derivados na propriedade rural; c) silvicultura e exploração florestal - produção de lenha, madeira em tora, madeira para celulose e outros produtos da exploração florestal; d) pesca: produção de pescado fresco.

Considerando a abrangência setorial desse tipo de indústria, optou-se por incluir neste estudo apenas as agroindústrias alimentares que estivessem registradas nos órgãos de controle

e fiscalização do Estado. Assim, estabeleceu-se como população aquelas agroindústrias que estão oficialmente registradas perante à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, junto às Divisões de Agricultura Familiar e Agroindústria e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, totalizando 3611 agroindústrias.

Quadro 1 – Variáveis de análise

Institucionalização por Mecanismos Isomórficos			
<i>Variável</i>	<i>Descrição</i>		<i>Questões</i>
Isomorfismo coercitivo	Mecanismos de internalização de regras conforme isomorfismo coercitivo, normativo ou mimético		02
Isomorfismo normativo			01
Isomorfismo mimético			02
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável			
<i>Variável (PEAA)</i>	<i>Descrição</i>	<i>ODS Relacionado</i>	<i>Questões</i>
1) Promoção da segurança alimentar, saúde e nutrição	Segurança do abastecimento alimentar, segurança do alimento por meio da garantia da qualidade e sanidade dos produtos, desperdício de alimentos	2, 3, 12	06
2) Responsabilidade ambiental	Gestão da água, mudanças climáticas, resíduos e efluente, preservação da biodiversidade de fauna e flora e solo, segurança ambiental	2, 6, 7, 12, 13, 14, 15	07
3) Viabilidade econômica e compartilhamento de valores	Melhoria no desempenho, compras diretas, valorização dos produtores, consumo responsável, gestão de fornecedores e terceiros	8, 9, 12	03
4) Respeito aos direitos humanos, trabalho digno e ajuda às comunidades	Direitos humanos, diversidade e inclusão, desenvolvimento profissional, saúde e segurança ocupacional, desenvolvimento local	1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11	15
5) Incentivo a boa governança e a responsabilidade	Responsabilidades funcionais claras, evitar conflitos de interesses, boa relação com públicos de interesse, combate à corrupção, prevenção de riscos e fraudes, relação e comunicação com entidades e agentes públicos, regulação e <i>compliance</i>	16	06
6) Promoção do acesso e a transferência de conhecimento, habilidades e tecnologia	Disseminação do conhecimento, transferência de tecnologia e <i>expertise</i>	1, 2, 9, 17	03

Fonte: Rede Brasil (2016) e Dimaggio e Powell (1983).

Para calcular o tamanho mínimo da amostra considerada aceitável para as análises da modelagem e equações estruturais, utilizou-se o poder estatístico do tamanho da amostra pelo *software* G*Power (FAUL *et al.*, 2007). Adotou-se o critério de cálculo *a priori*, observando os parâmetros de poder de teste (Power = 1 - $\beta_{\text{erro prob. II}}$) com valores de 0,80, tamanho do efeito (f^2) com valores de 0,15, nível de significância de 0,05 (5%) para 1 preditor (HAIR *et al.*, 2014). Desta forma, a amostra mínima calculada para a coleta de dados foi de 55 casos, contudo, Bido e Silva (2019) sugerem que este valor seja duplicado ou triplicado para garantir validade ao modelo estimado. Desta forma a amostra mínima para as análises de modelagem de equações estruturais seria de no mínimo 155 casos.

A abordagem à população do estudo ocorreu por meio eletrônico. Após contato inicial explicando a motivação do estudo e convidando à participação, o questionário *online* foi enviado para as agroindústrias, obtendo-se 254 respostas que compõe a amostra deste estudo.

Após a coleta dos dados, utilizou-se para a análise, interpretação e validação dos dados os *softwares* Microsoft Excel 2019 (para tabulação dos dados) e SmartPLS 3.3.3 (para as análises do modelo de mensuração e do modelo estrutural), adotando-se a técnica de Modelagem de Equações Estruturais (PLS-SEM). Se justifica a adoção de tal técnica ao que apontam Hair *et al.* (2014), onde a utilização do PLS-SEM possibilita estimativas e parâmetros

que maximizam a variância explicada (valores de R^2) dos modelos definidos. Ainda, outra justificativa para a utilização do método PLS-SEM é a flexibilidade quanto a suposições sobre a distribuição dos dados, como normalidade, uso de escalas intervalares e amostras grandes (MATEOS-APARICIO, 2011).

Os procedimentos de ajustes adotados para a técnica PLS-SEM, tanto na etapa de validação do modelo de mensuração (carga fatorial, AVE, *cross loadings*, critério de *Fornell-Larcker* e confiabilidade composta), como na etapa de validação do modelo estrutural (avaliação dos coeficientes de determinação de *Pearson* (R^2), tamanho do efeito (f^2), validade preditiva (Q^2) e teste *t-Student*, seguiram as orientações de Ringle, Wende e Will (2014).

A primeira etapa das análises certificou-se da validade dos dados coletados, examinando-os por meio do processo que englobou as etapas: a) verificação de dados faltantes (*missing values*), onde não houve dados faltantes; b) etapa de codificação e transformação dos dados e entrada dos dados no *software* onde ocorrerão as análises (HAIR *et al.*, 2014), neste caso os dados foram tabulados e importados no *software* SmartPLS. Após, um modelo reflexivo foi delimitado (HAIR *et al.*, 2014), conforme se apresenta na próxima seção.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Validação do Modelo de Mensuração

Iniciou-se as análises de validação do modelo de mensuração a partir do critério selecionado como ideal para os valores das cargas fatoriais dos indicadores, valores $>0,7$ (BIDO; SILVA, 2019). Contudo, por se tratar de um estudo exploratório, indicadores com “valores maiores ou iguais a 0,4 e menores que 0,7 são removidos somente quando ocorre aumento significativo da confiabilidade composta da variável latente e quando não são afetados outros critérios de validade discriminante e convergente do modelo” (HAIR *et al.*, 2014, p. 104). Deste modo, neste processo de validação, observou-se os coeficientes da carga fatorial para cada indicador das variáveis latentes, nos quais foram eliminados os indicadores com carga fatorial $<0,6$ (BIDO; SILVA, 2019), visto que valores inferiores afetariam os critérios de validação subsequentes.

Após, a validade convergente e de confiabilidade do modelo estimado foi avaliada com base na *Average Variance Extracted* (AVE) e na Confiabilidade Composta (CC) das variáveis latentes, conforme se apresenta na Tabela 1. Hair *et al.* (2014) explica que a AVE mede a porcentagem da variância total dos indicadores que é explicada pela variável latente, cujo valor deve ser $>0,50$. Conforme Tabachnick e Fidel (2001), esse valor de referência significa que a variável latente explica mais da metade da variância dos seus indicadores. Fornell e Larcker (1981) apontam que a Confiabilidade Composta (CC) avalia o quanto os indicadores suportam as variáveis latentes, tendo como referência $>0,70$.

Tabela 1 – Validação de confiabilidade do modelo estimado

Dimensões	AVE	Confiabilidade Composta
Conhec	0,670	0,802
Direit_dev	0,536	0,774
Iso_coercitivo	0,675	0,806
Iso_mimetico	0,702	0,825
Iso_normativo	1	1
Resp_amb	0,601	0,857
Resp_inst	0,584	0,848
Seg_aliment	0,508	0,803
Viab_eco	0,722	0,837

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observou-se que todas as variáveis latentes alcançaram os valores mínimos esperados para a AVE e CC. Desta forma, seguiu-se para a avaliação da validade discriminante do modelo estimado. Segundo Hair *et al.* (2014), um modelo estimado tem validade discriminante quando cada um dos indicadores apresenta cargas superiores em seus próprios construtos do que em qualquer outra variável latente. Neste estudo, todos os indicadores das variáveis latentes apresentaram valores superiores relativos aos correspondentes *cross loadings*, o que assegura a sua validade discriminante. Este resultado alcançado demonstra que as questões utilizadas em cada indicador são, de fato, indicadores observáveis dos construtos propostos no instrumento de coleta de dados.

A próxima etapa da validação discriminante adotou o critério de *Fornell-Larcker*, comparando as raízes quadradas dos valores de AVEs de cada variável latente com as correlações entre as variáveis latentes (HANSELER; RINGLE; SINKOVIKS, 2009). A Tabela 2 apresenta os resultados da matriz de correlação e validade discriminante (critério de *Fornell-Larcker*)

Tabela 2 – Validação discriminante (Fornell-Larcker) do modelo estimado

	Conhec	Direit_dev	Iso_coercitivo	Iso_mimetico	Iso_normativo	Resp_amb	Resp_inst	Seg_aliment	Viab_eco
Conhec	1								
Direit_dev	0,502	0,732							
Iso_coercitivo	0,229	0,391	0,822						
Iso_mimetico	0,018	0,204	0,348	0,839					
Iso_normativo	0,133	0,049	0,003	-0,239	1				
Resp_amb	0,243	0,226	0,103	-0,291	0,436	0,775			
Resp_inst	0,503	0,581	0,490	0,164	0,119	0,285	0,764		
Seg_aliment	0,311	0,310	0,339	-0,100	0,215	0,340	0,553	0,713	
Viab_eco	0,308	0,373	0,325	0,147	-0,054	0,175	0,462	0,392	0,850

Nota 1: A raiz quadrada da AVE está distribuída ao longo da diagonal principal em negrito.

Nota 2: Correlações iguais ou superiores a 0,166 são significantes a 1%, demais a 5%.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021).

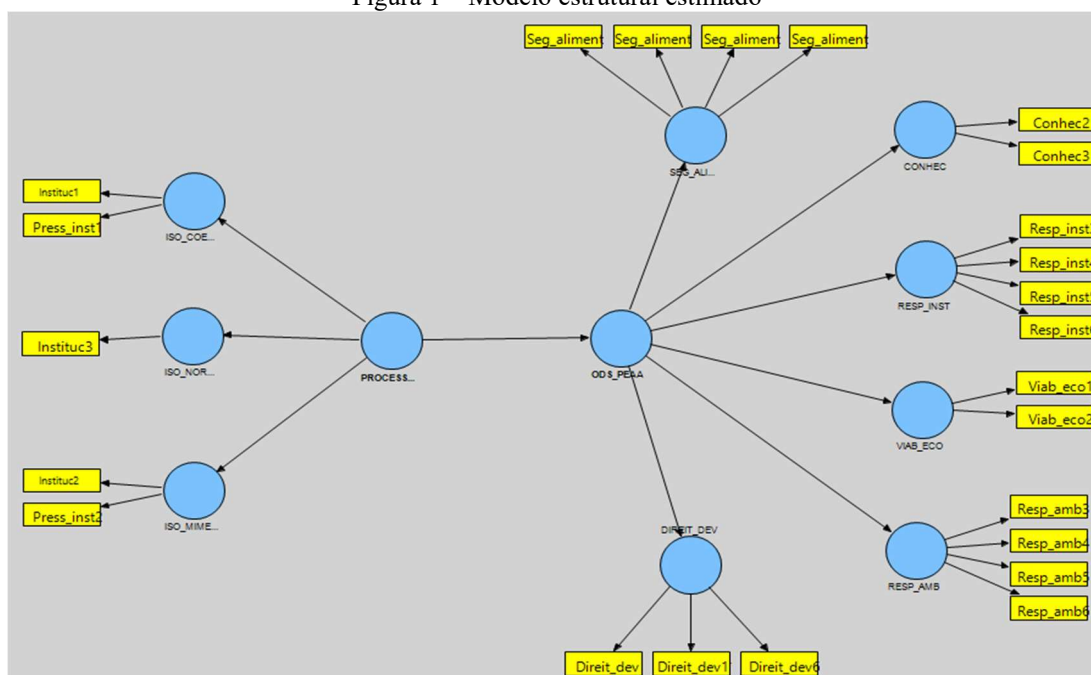
Os resultados da avaliação da matriz de correlação e validade discriminante apontam que as correlações em todas as variáveis latentes foram inferiores à raiz quadrada da AVE, demonstrando a validade discriminante entre elas. Assim, visto que todas as etapas de validação do modelo de mensuração foram verificadas e atendidas, prosseguiu-se para a validação do modelo estrutural, que é apresentado na próxima seção.

4.2 Modelo Estrutural

Para avaliar o poder explicativo do modelo estrutural, adotou-se os valores da variância explicada (R^2), Q^2 e f^2 das variáveis latentes do modelo estimado. A Figura 1 apresenta o modelo estrutural estimado.

Em seguimento, analisa-se os valores de R^2 , Q^2 e f^2 . Conforme Cohen (1971), valores de: $R^2 = 2\%$ seja classificado como efeito pequeno; $R^2 = 13\%$ como efeito médio e; $R^2 = 26\%$ como efeito grande. Neste contexto, os valores de R^2 tiveram efeitos médios e grandes. A análise do tamanho do efeito (f^2), que avalia o quanto cada VL é importante para o ajuste do modelo estimado demonstrou que todas as VLs apresentaram tamanho de efeito médio e grande (SILVA; BIDO, 2019). Para a análise da validade preditiva do modelo estimado, utilizou-se o indicador de Stone-Geisser (Q^2), que avalia a acurácia do modelo, onde todas as VLs apresentaram valores acima do valor mínimo esperado ($Q^2 > 0$).

Figura 1 – Modelo estrutural estimado



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Por fim, para validação do modelo estrutural, avaliou-se a critérios para as relações estruturais do modelo estimado (HAIR *et al.* 2014). Avaliou-se o coeficiente estrutural (valores positivos), *t-value* que é necessário alcançar valores ser >2,58 para que o modelo estimado seja adequado com o nível de significância de 1% ou >1,96 para que o modelo seja adequado com nível de significância de 5% para validação das hipóteses elaboradas.

Tabela 3 – Significância das relações estruturais e resultados das hipóteses

Relação Estrutural (+)	Coefficiente Estrutural	Erro Padrão	t-Value	p-Value	Hipótese
PROCESS_INSTITUC -> ODS_PEA	0,440	0,101	4,352	0,01	Confirmada

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

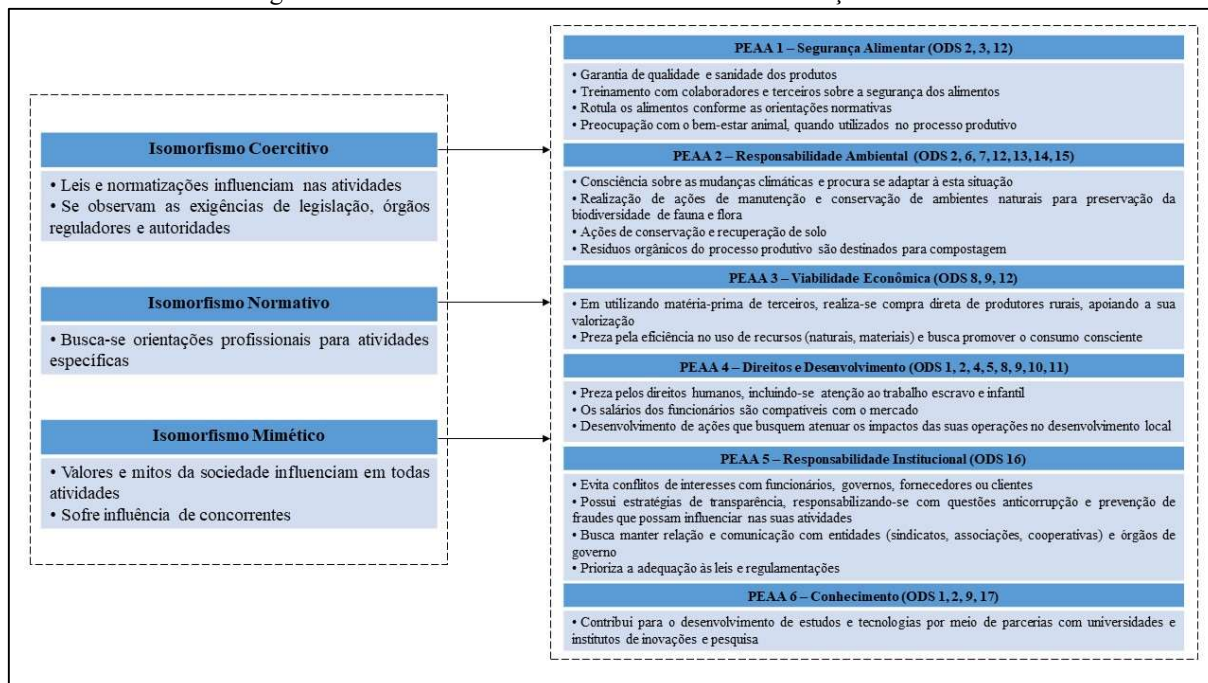
Conforme demonstra-se na Tabela 3, os resultados da significância das relações estruturais elucidam que todas as VLs apresentaram relações positivas e significantes, confirmando as relações estruturais propostas. Assim, observa-se que a Hipótese H1 que analisa se a institucionalização por meio de mecanismos isomórficos associa-se positivamente com a implementação dos ODS-PEAA foi confirmada ($\beta=0,440$; $p>0.01$).

4.2 Discussão dos Resultados

Considerando a confirmação da Hipótese H1, passa-se a explicar sobre as dimensões e indicadores que permaneceram para o modelo final deste estudo. Conforme apresenta-se na Figura 2, a institucionalização dos ODS pelas agroindústrias da amostra conforme os diferentes mecanismos isomórficos de Dimaggio e Powell (1983) foi comprovada na análise. Observou-se a influência do isomorfismo coercitivo neste processo por meio dos dois indicadores inicialmente propostos, quais sejam, leis e normatizações influenciam nas atividades das empresas e observação às exigências de legislação, órgãos reguladores e demais autoridades para as operações. Mesmo os ODS sendo uma instituição que deriva uma regra informal, visto sobre ela não existir punição formal pela não adesão, entende-se que a implementação por parte

das empresas pode estar relacionada com a questão do reconhecimento da autoridade legítima criadora dos ODS (ONU), bem como, por ser um conjunto de ações de busca pelo desenvolvimento sustentável que é legitimado pela sociedade.

Figura 2 – Mecanismos isomórficos de institucionalização dos ODS



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Dessa forma, a adesão das agroindústrias aos ODS, sob a perspectiva do isomorfismo coercitivo, diz respeito a sua conformação com pressão exercida por organização dominante (DIMAGGIO; POWEL, 2005). Esta conformação, segundo os preceitos institucionais, relaciona-se com a busca de legitimidade perante a sociedade, ou seja, a empresa adere aos ODS por serem originários de uma agenda legítima em nível mundial, buscando ser reconhecida positivamente pela sociedade por esta postura, afim de manter o equilíbrio e continuidade das suas atividades.

Quanto a institucionalização por meio do mecanismo isomórfico normativo, identificou-se a relação da variável “busca-se orientações profissionais para atividades específicas” com a implementação dos ODS pelas agroindústrias. Conforme Kelm *et al.* (2014), o isomorfismo normativo está relacionado com o grau de profissionalização das organizações, neste estudo, confirmado pela procura de assessoria profissional para o desenvolvimento ou especialização sobre as atividades de produção de alimentos, podendo ser exemplificada pela busca de compartilhamento de conhecimento com agrônomos, nutricionistas, engenheiros químicos ou de alimentos, dentre outros.

Sobre a institucionalização por isomorfismo mimético, os indicadores de influência dos valores e mitos sobre as atividades da empresa e a existência de influência de concorrentes sobre a empresa, trazem relevância a este mecanismo. De acordo com Dimaggio e Powell (2005), o mimetismo diz respeito a postura da empresa em se espelhar em ações dos concorrentes, do seu setor de atuação ou mesmo do ambiente geral no qual ela está inserida. No contexto deste estudo, tem-se que a amostra de agroindústrias demonstra reproduzir as práticas relativas ao desenvolvimento sustentável que outras empresas realizam, ou ainda, seguir ações valiosas para este ramo de atuação, desenvolvidas por outras empresas ou demais envolvidos no ambiente no qual estão inseridas.

Embora o isomorfismo institucional tenha se apresentado no geral como significativo para explicar a institucionalização dos ODS pelas agroindústrias deste estudo, por outro lado, a estrutura de indicadores inicialmente proposta para analisar a implementação dos ODS em sua totalidade confirmou-se em partes. Os ODS foram analisados a partir da sua associação com os PEAA (REDE BRASIL, 2016), princípios estes, criados especificamente para empresas privadas brasileiras do setor de produção de alimentos.

A análise comprovou que todos os seis PEAA admitem influência dos mecanismos isomórficos para sua internalização pelas agroindústrias, contudo, nem todos os indicadores foram confirmados. Conforme se observa na Figura 2, no PEAA 1 que se refere às ações realizadas sobre a segurança alimentar, quatro indicadores indicam a associação aos ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), 3 (saúde e bem-estar) e 12 (consumo e produção responsáveis).

Quanto a implementação dos indicadores do PEAA 2 – associado aos ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), 6 (água potável e saneamento), 7 (energia limpa e acessível), 12 (consumo e produção responsáveis), 13 (ação contra a mudança global do clima), 14 (vida na água) e 15 (vida terrestre) – identificou-se influência dos mecanismos de isomorfismo em quatro indicadores relativos a responsabilidade ambiental das agroindústrias da amostra. Por sua vez, o PEAA 3 que trata da garantia da viabilidade econômica e do compartilhamento de valores apresentou relação com a institucionalização por meio de dois indicadores, demonstrando a atenção das agroindústrias para os ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 9 (indústria, inovação e infraestrutura) e 12 (consumo e produção responsáveis).

Os mecanismos isomórficos influenciaram a internalização de três indicadores do PEAA 4 (respeito aos direitos humanos, criação de trabalho digno e auxílio às comunidades rurais a prosperarem). Estes indicadores revelam o envolvimento das empresas da amostra com ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero), 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 10 (redução das desigualdades) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis).

Em se tratando do PEAA 5 – incentivo a boa governança e reponsabilidade – identificou-se que os processos de institucionalização tiveram relação com quatro indicadores, associando as agroindústrias ao atendimento do ODS 16 (paz, justiça, e instituições eficazes). Por fim, para o PEAA 6 – promoção de acesso e transferência de conhecimento, habilidades e tecnologias – mostrou-se que o indicador relativo a contribuição para o desenvolvimento de estudos e tecnologias por meio de parcerias com universidades e institutos de inovações e pesquisa foi influenciado pelos mecanismos de isomorfismo para a sua internalização pelas agroindústrias. Salienta-se que este último princípio é estruturado de forma a associar-se aos ODS 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 9 (indústria, inovação e infraestrutura) e 17 (parcerias e meios de implementação).

Ressalte-se que mesmo não se identificando a influência da institucionalização por mecanismos isomórficos (coercitivo, normativo e mimético) em todos os indicadores dos ODS, entende-se que as agroindústrias analisadas buscam internalizar ações de desenvolvimento sustentável dessa agenda, isso porque, todos os PEAA mostraram-se refletidos na análise de institucionalização, associando-se a todo conjunto dos ODS. Tal parcialidade de implementação dos ODS pode estar relacionada com a questão da voluntariedade da Agenda 2030 no contexto empresarial, o que não as obriga legalmente à adesão. Além disso, há de se salientar as palavras de Selznick (1972), o qual defende que a institucionalização de qualquer regra (formal ou informal) é um processo que ocorre ao longo do tempo de uma organização, sendo reflexo das suas características históricas, das pessoas que ali trabalham, dos grupos e interesses criados e pela maneira que se relaciona com o ambiente, fato este, que pode estar

presente no contexto das empresas analisadas neste estudo, influenciando na plena institucionalização dos ODS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi o de identificar a relação entre a institucionalização por mecanismos de isomorfismo e a adesão de agroindústrias aos ODS. A aplicação empírica ocorreu em uma amostra de agroindústrias alimentares do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de uma análise quantitativa e com utilização da técnica de modelagem de equações estruturais para o desenvolvimento desta proposta.

A análise se fundamentou teoricamente nos pressupostos da teoria institucional, especialmente quanto a institucionalização por meio dos diferentes mecanismos isomórficos, sejam estes, coercitivo, normativo e mimético. Tais mecanismos foram analisados a partir da mensuração de indicadores sustentados pela literatura que poderiam explicar a motivação da internalização dos ODS pelas empresas. Os ODS, por sua vez, foram analisados a partir da sua associação aos PEAA (REDE BRASIL, 2016) com a finalidade de motivar empresas privadas brasileiras do ramo de produção de alimentos para a adoção de estratégias que contribuíssem para o processo global dos ODS, além de fortalecer a sua gestão.

A hipótese formulada para este estudo restou confirmada, demonstrando-se significância em todas variáveis isomórficas analisadas. Inicialmente, quanto ao isomorfismo coercitivo identificou-se relação entre a institucionalização e a implementação dos ODS devido influência de normatizações sobre as atividades das empresas, além da tendência de observação das exigências advindas de órgãos reguladores ou autoridades consideradas legítimas por parte das agroindústrias. Tais variáveis estão relacionadas a questão da legitimidade, ou seja, as empresas buscam aderir a determinada instituição/regra para fins de reconhecimento perante a sociedade, neste caso, por aderir a uma agenda que busca o desenvolvimento sustentável. Sugere-se, ainda, que a legitimidade atribuída pela sociedade aos ODS faz com que as empresas se adequem a esta proposta buscando equilíbrio e continuidade para suas operações.

A significativa concordância com variável de busca por orientações profissionais para as atividades específicas das agroindústrias, atribui relação entre o isomorfismo normativo e a internalização dos ODS nesta amostra estudada. Em outras palavras, indica-se que a utilização de assessoramento profissional e especializado para o desenvolvimento das operações das agroindústrias mostra-se relacionado com a incorporação dos ODS, corroborando assim, com os pressupostos do isomorfismo normativo que aborda o fator da profissionalização no contexto das organizações.

Quanto ao mecanismo de isomorfismo mimético, este também restou confirmado como influente no processo de internalização dos ODS. As evidências do estudo apontam que há relação de influência das práticas desenvolvidas pelos concorrentes ou demais partes integrantes do ambiente no qual a empresa está inserida com as ações por elas adotadas, indicando-se o espelhamento em estratégias consideradas corretas.

Embora o estudo tenha confirmado que a institucionalização por meio de mecanismos isomórficos está associada positivamente com a implementação dos ODS, observou-se que estes são internalizados pelas agroindústrias de forma parcial. Dentre os quarenta indicadores de ODS-PEAA elaborados para esta pesquisa, dezoito mostraram-se internalizados pelas empresas. Ressalte-se, porém, que mesmo diante da identificação parcial de indicadores de ODS relacionados com os mecanismos de isomorfismo, cada um dos seis PEAA apresentou indicadores significativos. Como cada PEAA está associado com diversos ODS, entende-se que há a internalização do conjunto de ODS nesta amostra estudada, especialmente pelo fato destes serem estruturados de forma integrativa e indivisível entre si.

Conforme destacado neste estudo, a literatura acadêmica sobre a relação de questões institucionais e o envolvimento de empresas aos ODS ainda se encontra em um estágio muito inicial e carente de avanços teórico-empíricos. Dessa forma, entende-se que os resultados encontrados nesta pesquisa contribuem no sentido de avançar tanto no campo teórico como prático dessa temática, pontuando-se: a aplicação prática do estudo em uma amostra composta por empresas de um mesmo ramo de atividade (agroindústrias); utilização empírica do guia dos PEAA no contexto da pesquisa acadêmica-científica; consolidação teórica da relação entre o isomorfismo institucional e os ODS; identificação empírica de indicadores isomórficos que influenciam para a institucionalização dos ODS; e ainda, desenvolvimento de pesquisa com esta delimitação temática em âmbito brasileiro, considerada inédita nestes moldes até o momento.

Como limitações do método quantitativo adotado neste estudo, destaca-se principalmente o *common method bias*, pois a amostra selecionada para as análises considerou apenas um respondente por organização. Pode-se considerar o *overfitting* necessário para validação do modelo estimado (super ajustamento do modelo estimado – exclusão de vários indicadores). No que se refere à possibilidades de estudos futuros, entende-se que há oportunidades de avanço em pesquisas neste campo do conhecimento, especialmente entre empresas de diferentes regiões do país ou entre diferentes tipos de ramos de atuação. Ressalte-se, ainda, que além da institucionalização dos ODS em empresas privadas, pode-se expandir a análise desse fenômeno para outras partes interessadas à Agenda 2030, contribuindo para o avanço dos estudos em torno do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- BIDO, D. S.; SILVA, D. SmartPLS 3: Especificação, Estimação, Avaliação e Relato. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 488-536, 2019.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. **Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação**. Recife: EDUFEPE, 2003.
- COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences (Rev. ed.)**. New York, NY: Academic Press, 1971.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUBILLA-MONTILLA, M.; NIETO-LIBRERO, A.; GALINDO-VILLARDÓN, M. P.; GALINDO, M. P. V.; GARCIA-SANCHEZ, I. Are cultural values sufficient to improve stakeholder engagement human and labour rights issues? **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 26, p. 938-955, 2019.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-169, 1983.
- _____. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-CLÁSSICOS**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.
- FAUL, F.; ERDFELDER, E.; LANG, A.-G.; BUCHNER, A. G*Power 3: a flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. **Behavior Research Methods**, n. 39, p. 175-191, 2007.

- FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul - 2019**. Porto Alegre: SEPLAG, Departamento De Economia E Estatística, 2019.
- FLEMING, A.; WISE, R. M.; HANSEN, H.; SAMS, L. The sustainable development goals: a case study. **Marine Policy**, v. 86, p. 94-103, 2017.
- FORNELL, C.; LARCKER, D. F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**, n. 18, v. 1, p. 39-50, 1981.
- GARCIA-SANCHEZ, I. M.; AIBAR-GUZMAN, B.; AIBAR-GUZMAN, C.; SOMOHANO-RODRIGUEZ, F. M. The drivers of the integration of the sustainable development goals into the non-financial information system: Individual and joint analysis of their influence. **Sustainable Development**, p. 1-12, 2021.
- GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Universidades e desenvolvimento local: uma abordagem institucional**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.
- HAIR, J. F.; HULT, G. T. M.; RINGLE, C. M.; SARSTEDT, M. **A primer on partial least squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)**. Thousand Oaks, California: Sage, 2014.
- HENSELER, J.; RINGLE, C.; SINKOVICS, R. The use of partial least squares path modeling in international marketing. **Advances in International Marketing (AIM)**, n. 20, p. 277-320, 2009.
- HERAS-SAIZARBITORIA, I.; URBIETA, L.; BOIRAL, O. Organizations engagement with sustainable development goals: from cherry-picking to SDG-washing? **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, p. 1-13, 2021.
- KELM, M. L.; RENZ, C. L. S.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, edição especial, artigo 2, p. 401-415, 2014.
- MACAGNAN, C. B. Teoría institucional: escrito teórico sobre los protagonistas de la escuela institucionalista de economía. **Base**, v. 10, n. 2, p. 130-141, 2013.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **RAC**, edição especial, artigo 2, p. 33-49, 2010.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; FERNANDES, B. H. R. **Mudança e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional**. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B. DE. (Orgs.). *Administração contemporânea: perspectivas estratégicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- MATEOS-APARICIO, G. Partial Least Squares (PLS) Methods: Origins, Evolution, and Application to Social Sciences. **Communications in Statistics - Theory and Methods**, n. 40, v. 13, p. 2305-2317, 2011.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2019.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MOMBEUIL, C.; DIUNUGALA, H. P. UN sustainable development goals, good governance, and corrupt ion: tThe paradox of the world's poorest economies. **Business and Society Review**, v. 126, p. 311-318, 2021.

NORTH, D. *Instituições, cambio institucional y desempeño edonómico*. México: Foundo de Cultura Económica, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. (2015). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2021. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2021_Spanish.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

PEDERSEN, C. S. The UN sustainable development goals are a great gift to business! **Procedia CIRP**, v. 69, p. 21-24, 2018.

PERROW, C. **The institutional school**. New York: McGraw-Hill, 1986.

REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. **Princípios empresarias para alimentos e agricultura: como orientadores para os objetivos de desenvolvimento sustentável**, 2016. Disponível em: <https://materiais.pactoglobal.org.br/peeas-ods>. Acesso em: 27 out. 2021.

RINGLE, C. M.; SILVA, D.; BIDO, D. S. Modelagem de equações estruturais com utilização do SmartPLS. **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, v.13, n.2, p.54–71, 2014.

ROSATI, F.; FARIA, L. G. D. Addressing the SDGs in sustainability reports: the relationship with institutional factors. **Journal of Cleaner Production**, v. 215, p. 1312-1326, 2019a.

ROSATI, F.; FARIA, L. G. D. Business contribution to the sustainable development agenda: organizational factors related to early adoption of sdg reporting. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 26, p. 588-597, 2019b.

SAMA, L.; STEFANIDIS, A.; HORAK, S. Business ethics for a global society: howard bowen's legacy and the foundations of united nations' sustainable development goals. **International Studies of Management & Organization**, v. 50, n. 3, p. 201-208, 2020.

SCOTT, W. R. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 493-511, 1987.

SELZNICK, P. *A liderança na administração: uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

TABACHNIK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics**. 4 ed. New York: HarperCollins, 2001.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

VAN DER WAAL, J. W. H.; THIJSSSENS, T. corporate involvement in sustainable development goals: exploring the territory. **Journal of Cleaner Production**, v. 252, p. 1-11, 2020.

VAN ZANTEN, J. A.; VAN TULDER, R. Multinational enterprises and the sustainable development goals: an institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, v. 1, n. 3-4, p. 208-233, 2018.

_____. Towards nexus-based governance: defining interactions between economic activities and Sustainable Development Goals. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 28, n. 3, p. 210-226, 2020.